

A APRENDIZAGEM DA CIDADANIA
OS TEMPOS DE JUVENTUDE DE UMA REPUBLICANA
SINGULAR: CRISTINA TORRES DOS SANTOS (1891-1921)¹

IRENE VAQUINHAS

*Universidade de Coimbra / Centro de História
da Sociedade e da Cultura (CHSC)*

irenemcv@fl.uc.pt

RESUMO: O presente artigo problematiza a atividade política e associativa de Cristina Torres dos Santos (1891-1975), educadora e pedagoga, nos seus tempos de juventude, sendo um dos rostos do republicanismo na cidade da Figueira da Foz (Portugal). De origem modesta, provindo de uma família do meio operário, na sua trajetória de vida cruzam-se o trabalho oficinal, como costureira de alfaiate, com a atividade associativa e jornalística, no quadro de uma empenhada militância republicana. Desde muito jovem se distinguiu na defesa da instrução popular, sobretudo feminina, tendo fundado e dirigido, com esse propósito, a Associação Fraternidade Feminina (1911-1915), responsável por uma escola noturna para raparigas, tendo o seu ativismo suscitado algumas reações locais de desagrado. O seu exemplo constitui um testemunho significativo da construção da cidadania feminina num período singular da história de Portugal —a I República—, ao pretender superar a realidade da discriminação laboral, política e cultural femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Autoras de língua portuguesa; mulheres e associações femininas republicanas; imprensa operária; oficinas de costura; A 1ª República na Figueira da Foz; cidadania feminina.

¹ Este artigo resulta da conferência intitulada *Sob o signo do republicanismo. Cristina Torres dos Santos e o seu tempo de juventude (1891-1921)*, proferida no Casino da Figueira, em Maio de 2012, a convite da Direção da Escola Secundária c/3º CEB Cristina Torres (Figueira da Foz), por ocasião das Comemorações do XXV aniversário da criação da instituição escolar.

THE LEARNING OF CITIZENSHIP. **The Youth of a Unique Republican: *Cristina Torres dos Santos (1891-1921)***

ABSTRACT: This article studies the political and associative activity of Cristina Torres dos Santos (1891-1975), an educator and a pedagogue, in her youth, as one of the faces of republicanism in the city of Figueira da Foz (Portugal). Born of humble origins and coming from a working class family, within her life, her work as a tailor's seamstress in a workshop intertwines with her associative and journalistic activity, within the framework of a committed republican militancy. From a very young age, she distinguished herself in the support for the education of the common people, especially of women, having founded and directed, for this purpose, the Associação Fraternidade Feminina (1911-1915), in charge of an evening school for girls. Her activism was met with some criticism from the local community. Her example represents a powerful testimony of the construction of women's citizenship in a unique period of the history of Portugal -the First Portuguese Republic-, by striving to overcome the reality of the labor, political and cultural discrimination of women.

KEYWORDS: Portuguese language authors; women and republican women's associations; labor press; sewing workshops; The First Portuguese Republic in Figueira da Foz; women's citizenship.

Introdução

Cristina Torres dos Santos nasceu nos anos noventa do século XIX², num decénio marcado por uma profunda crise económica, financeira e política a que se associa um clima intelectual de falência do universo das referências e dos valores da sociedade liberal oitocentista. Trata-se de um período que ficou conhecido como de cri-

² Para uma biografia mais desenvolvida desta autora que se tornará conhecida como educadora, pedagoga e democrata, distinguindo-se na oposição ao regime estadonovista, consulte-se Esteves (2005: 250-252).

se finisecular e que marca o encerramento de um ciclo da história contemporânea de Portugal (Matos, 2002: 99-101), constituindo uma referência fundadora na memória do republicanismo português.

Desde finais da década de 1880 havia sinais inequívocos de que o modelo económico e financeiro da Regeneração, traçado sobretudo pelo estadista Fontes Pereira de Melo e que se baseava no endividamento do Estado e no défice orçamental, estava a chegar ao fim. No início da década de 1890 estala a crise económica e financeira. A causas internas, associam-se factores internacionais. Na sequência da instauração da República no Brasil, em 1889, baixa drasticamente o câmbio da moeda brasileira bem como as remessas enviadas pelos emigrantes para Portugal, o que tem um efeito devastador nas finanças do Estado e nas atividades produtivas com reflexos imediatos na sociedade civil: desemprego na indústria, falência de empresas e agravamento da conflitualidade social por efeito do aumento do custo de vida.

A agravar a situação, um factor político: a reacção nacionalista ao Ultimato britânico de Janeiro de 1890, aproveitada pelo republicanismo radical, para denegrir e criticar o regime da monarquia constitucional. É precisamente neste momento de profunda crise nacional, suscitada pelo sentimento de humilhação perante a Grã-Bretanha e pelas crescentes dificuldades económicas e financeiras que o republicanismo encontra as condições políticas para se implantar na sociedade portuguesa, dispondo de um conjunto de meios de divulgação acessíveis às camadas populares: clubes e associações, jornais, panfletos, comícios, cortejos cívicos, romagens...

Na sequência do movimento de protesto causado pelo Ultimatum –o qual teve repercussões na cidade da Figueira da Foz, entre as quais se integra a inclusão na programação do dia 8 de Março de 1890, no Teatro Circo Saraiva de Carvalho, da “marcha patriótica de Alfredo Keil, *A Portuguesa*”, e a “1ª representação do episódio dramático *Viva Portugal* ou *Brios de Portugal (aproposito da questão anglo-lusa dedicada a Serpa Pinto)*”³ - pro-

³ “Espectaculo”, *Correspondência da Figueira*, 2 de Março de 1890; Vaquinhas (2013: 93-94).

gridem os sentimentos contestatários que vêm a desaguar na revolta republicana do 31 de Janeiro de 1891, na cidade do Porto. O desfecho é conhecido e a revolta claudicou perante as forças monárquicas.

A repressão que se seguiu não ajudou à consolidação do movimento republicano, acentuando divergências internas. Será, sobretudo, a partir de 1896 que o republicanismo por razões várias –dissidências nos partidos monárquicos, escândalos financeiros envolvendo a família real, a emergência de organizações secretas e sobretudo a política de João Franco– assista ao revigoramento da militância e da propaganda por todo o país, ao mesmo tempo que ganha cada vez mais força e consistência a possibilidade de derrube violento das instituições monárquicas.

Cristina Torres dos Santos vem ao mundo, por conseguinte, em plena crise finisecular, dois meses depois da revolta republicana do Porto, na Figueira da Foz, cidade onde, como afirma Rui Cascão, desde cedo começaram a “germinar” os princípios republicanos, os quais tiveram a sua formalização prática na criação de vários centros e agremiações como o Centro Republicano Democrático Fernandes Tomás (em 1879), o Club Republicano Arriaga (em 1886), a 1ª comissão municipal do Partido Republicano (em 1892) (Cascão, 2009: 656), e a proximidade estreita a instituições maçónicas, com peso significativo na cidade desde os primeiros anos do século XX, entre outros (Henriques, 2001A).

Nascimento, infância e adolescência: entre a escola e o atelier de costura

A certidão de nascimento indica que nasceu a 25 de Março de 1891, pelas 9.30H da manhã, sendo filha legítima de Ricardo Torres dos Santos, alfaiate, exposto da roda de Coimbra⁴, e de Delfina da

⁴ O seu pai foi exposto em 2 de Novembro de 1870 e batizado na freguesia de Santa Cruz, em Coimbra, a 16 de Novembro de 1870. *O Rol de Confessados da Freguesia da Figueira da Foz*, iniciado em 1902, dá-o como tendo nascido a 31 de Outubro de 1870 (Informações prestadas pelo Prof. Doutor Rui Cascão, a quem muito agradeço).

Cruz Marques (também chamada Delfina da Cruz Marques Cardoso), dona de casa, natural da freguesia de Lavos⁵.

É provável que tenha nascido em casa, como a maioria das crianças do seu tempo, morando os seus pais, à data do seu nascimento, na Rua do Pinhal, artéria localizada numa das zonas pobres da cidade. Os seus avós paternos eram incógnitos e os maternos eram António Marques Cardoso e Maria da Cruz. Foi baptizada na igreja paroquial da Figueira da Foz (freguesia de São Julião), com cerca de 8 meses, a 15 de Novembro de 1891, sendo seu padrinho Inocêncio Marques Cardoso, ferreiro de profissão, e madrinha Guilhermina Marques Cardoso, ambos solteiros. Tanto os seus pais como os padrinhos eram analfabetos, tendo a sua certidão de nascimento sido apenas assinada pelo pároco que a redigiu⁶.

O seu meio social de origem é, por conseguinte, o universo das classes trabalhadoras, mais precisamente o artesanato urbano, sendo provável que o seu pai, alfaiate de profissão, fosse um artesão trabalhando no domicílio, por conta de uma clientela. Nos inícios de 1900, a actividade da alfaiataria encontrava-se “em estagnação”, senão mesmo em retrocesso” (Cascão, 1998: 233), sendo em número de 13 as oficinas (ou *ateliers*) existentes na cidade, tendo, em média, de 3 a 4 operários e aprendizes por oficina (Quadro I). Já o número de modistas, bem como o das costureiras de roupa branca, como então se designavam, parecem acusar um ligeiro aumento, o qual é, no entanto, acompanhado pela proletarização do sector e agravamento de condições de vida (Quadro I).

⁵ Os seus pais tiveram outros filhos: António Torres dos Santos (1892-1965), Elvira Torres dos Santos (1895-?) e Hedvigés (1899-?) (informações prestadas pelo Prof. Doutor Rui Cascão, a quem muito agradeço).

⁶ Certidão de idade, Figueira da Foz, 23 de Novembro de 1915 (AUC, Certidões de idade, Cx 4, 1901-1925, fl. 363).

Quadro I

Oficinas de costura (alfaiates e modistas) na Figueira da Foz (1879-1908)

	1874	1879	1890	1903	1907	1908
Alfaiatarias		11		13		11
Modistas		1	3	6	6	
Costureiras locais	179					

Fonte: Cascão (1998: 233-234)

A confecção de roupa (masculina e feminina) constituía um sector tradicional, pré-capitalista e de base domiciliária, sendo geralmente a casa a estrutura de produção dominante. No caso da Figueira da Foz, acresce-lhe a sua tendência sazonal, dadas as características balneares da cidade, correspondendo os períodos de Primavera e de Verão às fases de maior intensidade laboral, devido a festividades locais e ao afluxo de banhistas à cidade. Nesses meses, “dias bons para quem passeia, e terríveis para quem trabalha”, como se escrevia na imprensa operária figueirense de início do século XX, os horários de trabalho aumentavam, devido à prática dos serões, passando de 14 para 16 horas diárias, começando o dia de trabalho às 7 horas da manhã e prolongando-se até à meia-noite⁷. De meados de Outubro à segunda quinzena de Março, pelo contrário, o trabalho escasseava, ficando, em regra, as costureiras em casa.

A costura, a meio caminho entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado, constituía, sobretudo para as mulheres das classes operárias, uma ocupação remunerada, embora com salários inferiores aos masculinos. Sendo comum até ao casamento, a maior parte do operariado dos ateliers de costura era constituído por jovens solteiras com idade inferior aos 18 anos de idade⁸.

⁷ “Aspirações justas” e “Um alfaiate”, “O movimento operário na Figueira”, *União e Luz*, nº 3, 1 de Julho de 1913.

⁸ Para situações similares de organização da costura como trabalho domiciliar veja-se, entre outros, Matos (1991).

Num artigo do jornal operário das Associações Feminina, dos Caixeiros, Carpinteiros e Pedreiros Figueirenses, *União e Luz*, de 1913, levanta-se o véu sobre a realidade laboral da costureira de alfaiate ao se esclarecer que

[...] é bastante certo que as raparigas na Figueira (mais do que em qualquer outra parte) trabalham muito e ganham pouco. Vejamos primeiro a costureira de alfaiate; vão para o trabalho às 7 horas da manhã, trabalham até ao meio dia, onde têm uma ligeira hora para jantar. Se forem mais tarde, o mestre ralha mas se o muito trabalho que aceitou se não puder fazer durante o dia, ele que não dá cinco minutos, não hesita em fazer trabalhar as pobres raparigas até à meia noite, ou mesmo até de madrugada, sem remorsos de lhes arruinar a saúde, estragar a vista e contudo não lhes dá mais por essa noite extenuante [...]⁹.

Cristina Torres dos Santos nasceu e cresceu neste meio oficial, embora, como a própria tenha esclarecido, na entrevista concedida a Joaquim Sousa, “por ser fraquinha” viveu na companhia dos avós, sendo o avô funcionário reformado da Assembleia Figueirense (Sousa, 1983: 13). A palavra “fraquinha”, com que Cristina Torres dos Santos se auto-definiu, tem um sentido muito preciso no seu tempo: subentende o receio da tuberculose, doença insidiosa no meio operário e frequente entre as costureiras.

A avaliar pelo seu próprio testemunho, o receio da tísica, nome popularmente dado à tuberculose, tê-la-á afastado, nos seus primeiros anos de menina, dos ateliers de costura, tendo frequentado a escola primária e, em seguida, cursos noturnos de algumas disciplinas da Escola Industrial. A morte do avô, aos 13 anos de idade, obrigou-a a abandonar os estudos e a ingressar numa oficina de alfaiataria, empregando-se como costureira de alfaiate. Mais tarde, aprenderia o ofício de modista, trabalhando também em casas particulares. Continuaria, no entanto, a ler e a instruir-se, como auto-didata.

⁹ Jeremias Coelho Bartolo, “Instrui-vos. Associai-vos”, *União e Luz*, nº 1, 1 de Maio de 1913.

A sua familiaridade com o ofício da costura é precoce, embora não tanto como das suas companheiras de trabalho, e a presença da actividade no seu universo quotidiano permite-lhe conhecer por dentro as agruras das costureiras de alfaiate e de roupa branca, às quais virá a dedicar, alguns anos mais tarde, parte do seu tempo e capacidade de iniciativa. Ela própria conhecia, pela experiência do vivido, que o aprendizado oficial, para a maioria das crianças do meio operário do seu tempo, se iniciava por volta dos 9/10 anos de idade, começando-se por se varrer o chão e fazer recados. Sabia também como os dias de trabalho eram extenuantes, com horários de 14 horas, sem momentos de descanso, recebendo-se salários que, no máximo dos máximos, chegavam aos 200 réis ao fim de 8 anos de trabalho¹⁰, salário que ficava abaixo dos custos diários da alimentação, avaliada em 360 réis para o operariado nos inícios do século XX (Martins, 1997: 513).

A sua entrada no mercado laboral, no ano de 1904, coincide com o momento em que o republicanismo dá um salto em frente, ao nível nacional, investindo-se na propaganda e na militância política, cujos grandes temas mobilizadores eram, à época, o “estado da crise” e o anticlericalismo.

Na Figueira da Foz, a atuação republicana acentuou-se a partir de 1900, contando com várias associações e periódicos destinados a apoiar a luta política, sendo também frequente a realização de cortejos cívicos a partir de finais do século XIX. É o caso do *Centro de Propaganda Republicana José Falcão*, do *Grupo de Juventude Republicana Dr. Bernardino Machado*, criados respectivamente em 1904 e 1909, das associações *Escola Nocturna Popular Bernardino Machado* e da *Associação Educativa da Mulher Pobre*, entre outras, bem como vários periódicos, entre os quais, *A Voz da Justiça*, *O Povo da Figueira* e a *Redenção*. Existem também lojas maçónicas, tanto na Figueira como em Buarcos¹¹, tendo-se acelerado, nos finais do século XIX, a republicanização da maçonaria.

¹⁰ “Aspirações justas”, *União e Luz*, nº 3, 1 de Julho de 1913.

¹¹ Segundo Rui Cascão, entre 1907 e 1911, “coexistiram na Figueira três lojas de diferentes obediências: a loja *Fernandes Tomás*, a loja *Justiça*, à qual se seguiu a loja *Evolução* e a loja 8 de Dezembro. Na localidade de Buarcos seria instalado um *triângulo*, seguindo-se outros dois, dos quais nasceria a loja *Luz e Harmonia*, em 1911 (Cascão, 1998: 533).

Na cidade, a base social de apoio do movimento era fundamentalmente constituída por membros da pequena burguesia (comerciantes, empregados do comércio, funcionários e profissões liberais) a que acrescia um núcleo significativo de elementos das classes populares, em particular, artesãos e operários da indústria (Cascão, 1998: 528). O pai de Cristina Torres dos Santos era, segundo o seu próprio testemunho, “um republicano entusiasta”, levando-a a algumas iniciativas, tendo-a mesmo, aos nove anos de idade, feito vestir de “República”, numa festa na Associação dos Carpinteiros (Sousa, 1983: 13-14). A sua “vontade de saber”, em especial o interesse em assistir às conferências, levá-la-ia também a frequentar, desde adolescente, o Centro Republicano Democrático Fernandes Tomás, nome profano da loja maçónica Fernandes Tomás, em cujo prédio também funcionava a sede da Associação Instrução Popular, outro vector da propaganda republicana na cidade da Figueira da Foz (Sousa, 1983: 28-29).

O ambiente oficial, por um lado, e, por outro, a familiaridade com a ideologia republicana terão influído nas convicções de Cristina Torres dos Santos, a qual foi receptiva a uma retórica que apresentava a República como uma panaceia salvadora. A partir de 1909, com 18 anos de idade, também ela se tornará uma activa publicista do republicanismo, dando os primeiros passos na imprensa escrita, sendo apresentada pela direcção do jornal *A Redenção*, onde se estreou, como “simpática democrata” e “jovem escritora e [...] ilustrada correlegionária desta cidade”¹². Este periódico, cujo número avulso custava 20 réis, identificava-se como republicano, esclarecendo-se, no editorial, que a sua “orientação visa defender a ideia sagrada da Liberdade e [...] combater os crimes que a monarquia está cometendo”¹³.

¹² “D. Christina Torres do Santos”, *A Redenção*, ano 1º, nº 4, 15 de Junho de 1909.

¹³ A. Esteves Junior, “Aviso”, *A Redenção*, ano 1º, nº 4, 15 de Junho de 1909.

Os inícios da mensagem republicana: da operária para “os filhos do trabalho, do povo e da oficina”

O republicanismo deu às mulheres uma oportunidade para intervirem no espaço público, em prol de interesses pessoais ou coletivos, constituindo a imprensa uma tribuna de intervenção cívica e “um amplificador da voz feminina” (Lousada, 2011: 41-48; Lousada, 2013). Cristina Torres dos Santos beneficiou desse facto, assumindo voluntariamente a propaganda e a defesa da República. A palavra escrita foi também o seu principal veículo de afirmação no meio republicano figueirense, quiçá uma forma de consciencialização, e que, após a implantação da República, em Outubro de 1910, seguirá outros caminhos.

No jornal *A Redenção* assinará com o seu nome próprio, uma coluna intitulada “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, e, sob o pseudónimo de “Maria República”, alguns artigos pontuais, colaborando no periódico entre 15 de Junho de 1909 e 1 de Fevereiro de 1910. Já no jornal *União e Luz* subscreverá alguns artigos apenas pelas suas iniciais: C. T. A opção pelo nome próprio e/ou por um pseudónimo não é arbitrária e afigura-se corresponder a duas tipologias distintas de mensagens discursivas e a públicos diferenciados. O recurso a pseudónimos, a anagramas ou a iniciais era prática comum na imprensa feminina do tempo quer como forma de amplificação do alcance da palavra escrita, servindo neste aspecto a estratégia republicana de divulgação dos seus ideais, quer como precaução contra eventuais retaliações (Vaquinhas, 2005: 87).

Na 1ª crónica -“Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”- Cristina Torres dos Santos dirige-se, de uma forma propedêutica, à operária figueirense, a quem chama fraternalmente (no sentido republicano) de “irmã”. As matérias abordadas enquadram-se na problemática feminista do seu tempo, definido como de 1ª vaga, e que articulam o republicanismo com propostas higienistas e reivindicações específicas à emancipação feminina: a instrução, a exaltação da maternidade, a relação entre os sexos, a higiene, a defesa da mulher como esposa e mãe.

A instrução e o trabalho são apontados como o meio mais seguro para a dignificação e a valorização das mulheres e como solução para muitas das formas de sujeição e de sofrimento. As palavras de Cristina Torres dos Santos são, neste campo, esclarecedoras: “o trabalho purifica e dá saúde física e moral. A par do trabalho, a educação, e teremos a completa felicidade [...]”¹⁴. “A mulher instruída –escreve– é mais competente para [...] ter aceiada e confortável e casa porque sabe que a higiene é a base da saúde”¹⁵. Noutro ponto dos seus artigos dirá mesmo que “a mulher portuguesa, do nosso meio operário, só pensa em esgotar as forças no trabalho, sem se lembrar sequer de que a gente sem instrução é *como os animais* (...)”¹⁶.

Não deixaria, no entanto, de apelar à participação cívica, ao escrever que “um dos grandes erros da educação que se dá às mulheres no nosso país, é afastá-la por completo dos deveres cívicos. Educar a mulher civicamente é o mais necessário dos remédios para o mal da indiferença [...]”, esclarecendo mais à frente, “a mulher deve ser liberal, deve amar a Liberdade, defendê-la e não tentar nunca desviar o homem de cumprir o dever que a sua consciência lhe dita”¹⁷.

As posições tomadas nesta crónica são moderadas, em alguns casos moralistas, reclamando a valorização do papel da mãe e da esposa, o direito à instrução e ao trabalho, o que se compagina com as preocupações tácticas, de certos sectores do feminismo republicano, de não se hostilizar a sociedade civil (Vaquinhas, 2011: 48), no momento em que o “feminismo” suscita galhofa e a feminista é descrita como sendo de “rosto macilento onde se vincaram inconvenientes

¹⁴ Cristina Torres dos Santos, “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, ano 1º, nº 7, 1 de Agosto de 1909.

¹⁵ Cristina Torres dos Santos, “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, ano 1º, nº 4, 15 de Junho de 1909.

¹⁶ Cristina Torres dos Santos, “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, ano 1º, nº 6, 15 de Julho de 1909.

¹⁷ Cristina Torres dos Santos, “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, ano 1º, nº 17, 1 de Janeiro de 1910.

rugas, com o seu vestido desleixado, de feitio e mal assente no corpo desajeitado; e com os sorrisos prejudicados pelas amostras dos seus dentes ralos; camarada x com fato de homem, sem perfume e sem ternura no olhar - era quanto muito um homem feio”, como se escrevia no jornal *O Radical* de 9-5-1908.

Já quando assina como “Maria República”, o seu discurso é mais radical, senão mesmo insurreccional, de ressonância carbonária e defensor de um republicanismo tingido de socialismo.

No artigo intitulado “Porque esperamos?”, redigido cerca de um ano antes da implantação da República, afirma convicta: “A necessidade da revolução é um facto. É urgente, é inadiável [...] há muito que a Revolução vive na alma do Povo”¹⁸. As suas palavras devem ser contextualizadas à luz de decisões tomadas pelo Diretório do Partido Republicano, eleito no Congresso do partido, realizado em Setúbal, a 25 de Abril de 1909, de onde saiu a radicalização do movimento, e que dera “ao Partido e à Carbonária, “braço armado da Maçonaria”, o mandato de pôr a revolução na rua”, decisão que não foi consensual, tendo sido rejeitada por alguns elementos “ordeiros” do regime, ou seja, por algumas cúpulas do partido (Medina, 1993: 22).

Cristina Torres dos Santos afigura-se conhecer essa decisão e regozija-se com ela, o que permite posicioná-la em termos políticos, do lado do republicanismo radical. No mesmo sentido, pode ser interpretado o seu artigo “Os jesuítas”¹⁹, objectivamente anti-clerical, e sobretudo um outro intitulado “Manuel Buiça”, onde faz o elogio de um dos regicidas que, a 1 de Fevereiro de 1908, mataram o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa²⁰. Define-o “como um Deus salvador, um homem até ali obscuro que, sacrificando a vida, salvou muitos da morte e do desespero. Era pai e sacrificava à humanidade o seu coração amantíssimo de pai. Matou, é certo, mas lavou esse assassinato com o seu sangue de már-

¹⁸ Maria República, “Porque esperamos?”, *A Redenção*, 15 de Setembro de 1909.

¹⁹ Maria República, “Os jesuítas”, *A Redenção*, 1 de Agosto de 1909.

²⁰ Maria República, “Manuel Buiça”, *A Redenção*, 1 de Fevereiro de 1910.

tir e de herói”²¹. Com efeito, alguma imprensa republicana, sobretudo operária, fez o panegírico dos regicidas, vistos como “heróis mortos pela causa da liberdade e da pátria”, elevando-os a heróis, e organizando-se inúmeras romagens às campas dos regicidas (Medina, 1990: 34-39). Quanto à influência e desempenho da Carbonária, na Figueira da Foz não é uma matéria ainda estudada, sendo difícil de avaliar a eventual participação e contributo de Cristina Torres nessa organização.

O intervencionismo activo após a implantação da I República: a defesa do associativismo e a fundação da Associação Fraternidade Feminina

A implantação da República é vivida por Cristina Torres dos Santos com grande alegria e entusiasmo, tendo transportado a bandeira nacional (pertença do Centro José Falcão) no cortejo cívico que se realizou na Figueira para homenagear o novo regime (Sousa, 1983: 15-16).

Nos anos imediatos, e até cerca de 1914, terá uma atuação um pouco distinta da fase de propaganda do republicanismo, assumindo uma participação mais ativa na sociedade civil, tornando-se “apóstola” do associativismo e dos direitos sociais, sobretudo da operária figueirense.

No imaginário social republicano, o associativismo é entendido como uma condição para o enraizamento da democracia (Catroga, 1991: 248), ao mesmo tempo que permite objetivar outras aspirações de carácter social, entre as quais, a intrução, a qual era interpretada como o único caminho capaz de poder emancipar de toda e qualquer forma de subordinação. A aposta na formação, em particular o combate ao analfabetismo feminino, identifica-se, como esclarece Isabel Lousada, com “um dos pilares da actividade maçónica ou para-maçónica no advento da República” (Lousa-

²¹ *Idem, ibidem.*

da, 2013: 19). A própria Cristina Torres dos Santos escreverá em Dezembro de 1910: “Hoje nada somos sem instrução. Sem ela não temos licença para expor uma ideia, nem dignidade para evitar ou impedir uma injúria”²².

Dentro desta linha de pensamento, fundará, com outras colaboradoras, em Maio de 1911, a *Associação de Instrução Fraternidade Feminina* ou *Fraternidade Feminina*, como também era referida, a qual tinha como objectivo principal, “a instrução popular das raparigas da classe popular da Figueira”²³, em particular das “costureiras, as mais interessadas”, como a própria Cristina Torres dos Santos esclarecerá²⁴. Será criada uma escola, tendo como principal professora Laurentina Dias Nogueira, que também secretariava a direcção. Nessa escola, a par da aprendizagem da leitura e da escrita, faziam-se conferências destinadas à “vulgarização de conhecimentos tendentes a instruir as associadas, quer pelo que diz respeito a sistemas de trabalho e seu aperfeiçoamento, quer a costumes domésticos segundo os preceitos da higiene e da civilização”²⁵.

Em concreto, terão sido muito poucas as conferências realizadas, justificando a Direcção da Associação com o argumento de que “[...] nestes tempos que vão correndo, em que a política apaixonou quase todos os que falam, | as conferências | são palavras que fogem rapidamente da memória”²⁶ - apostando-se, sobretudo, no jornal *União e Luz* como principal veículo de propaganda e, sobretudo, na escola, sustentada pelas quotas dos sócios, reconhecendo-se, em 1913, que os atrasos no seu pagamento tornavam difícil a sua continuação, sendo as suas principais despesas relativas ao pagamento de honorários (Quadro II).

²² “Associação de Instrução Popular. Palavras da nossa conterrânea Cristina Torres dos Santos”, *A Voz da Justiça*, 13 de Dezembro de 1910.

²³ Petardo, “A Fraternidade das raparigas”, *Gazeta da Figueira*, 17 de Maio de 1911.

²⁴ Cristina Torres dos Santos, “Voltando”, *A Voz da Justiça*, 19 de Novembro de 1912.

²⁵ *A Voz da Justiça*, 14 de Maio de 1911.

²⁶ “Considerações”, *União e Luz*, nº 5, 7 de Setembro de 1913.

Quadro II
Despesas com a escola da Associação de Instrução Fraternidade Feminina (1913)

Despesas	Custos	%
Professora	4000	38,5
Contínua e cobradora	2400	23,1
Renda de casa	1500	14,4
Luz	500	4,8
Jornal	2000	19,2
TOTAL	10400	100

Fonte: “Considerações”, *União e Luz*, nº 5, 7 de Setembro de 1913

Num esforço de manter a escola, no ano de 1914, abrir-se-á também aos rapazes²⁷. Porém, a Associação terminará em 1915.

Esta associação tinha grandes afinidades com uma outra, criada em 1899, em Buarcos, a *Associação Educativa da Mulher Pobre*, a qual, como a própria designação indica, se destinava a instruir a mulher pobre, tendo sido criada a escola denominada “Caridade”, a qual era, por volta de 1901, frequentada por cerca de 60 crianças²⁸. A sua fundação partiu de um grupo de senhoras, com ligações ao meio mercantil figueirense e unidas, por estreitos vínculos familiares, a elementos da Maçonaria local, mais precisamente a José Joaquim Alves Fernandes Águas, presidente do triângulo de Tavarede e pai de duas das fundadoras (Henriques, 2001a: 120). A partir do ano de 1904, no momento em que a intensificação do movimento republicano conduz à entrada de mulheres na Maçonaria, mais precisamente no Grande Oriente Lusitano Unido (Costa, s.d.d: 59), a “escola da Caridade” passa a ser tutelada pela loja feminina de adopção “8 de Dezembro”.

²⁷ “Pela instrução”, *União e Luz*, nº 10, 1 de Maio de 1914.

²⁸ Irene Vaquinhas, “Associação Educativa da Mulher Pobre (1899-1908)”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Lisboa, Assembleia da República) (em publicação).

É provável que a *Associação de Instrução Fraternidade Feminina* também tivesse ligações maçónicas, assunto que merece ser investigado. A documentação recolhida permite, no entanto, verificar que a sua fundação foi alvo de críticas, tanto na imprensa mais conservadora – caso do jornal *A Gazeta da Figueira* – como sob a forma de grafitis nas paredes (dizeres na terminologia do tempo), amesquinhando-se a imagem da sua presidente, apelidada de “feminista” e designada pela “Cristininha do Ricardo” e a “obra das cachopas”²⁹.

A atitude da fundadora punha à prova tabus sociais, irritando a moral pública. “As suas ideias –escrevia um tal “petardo” na *Gazeta da Figueira*– referindo-se ao feminismo, “não são para a Figueira, e não tente cá fazer propaganda delas, porque nunca poderá colher frutos”, admoestando-a, em tom paternalista, “juízo”³⁰. Para além do feminismo, Cristina Torres dos Santos era acusada de querer singrar à custa da associação e de lecionar sem ter formação académica adequada. Em resposta, redigirá um artigo intitulado “A todas as pessoas mal educadas que, infelizmente, existem nesta linda terra”³¹, onde afirma não ser atingida pelas críticas, argumentando com o velho ditado português “os cães ladram e a caravana passa”. Como a própria confessou a Joaquim Sousa, “(...) os elementos conservadores julgaram que era o fim do mundo, e eu apareci como uma pessoa que ia virar a sociedade”(Sousa, 1983: 18).

As informações recolhidas parecem confirmar que a associação não teve grande sucesso, devido sobretudo à indiferença do operariado feminino, reconhecendo a própria Cristina Torres dos Santos que o pagamento de quotas afastava interessadas³². Não obstante continuará a afirmar que “Apesar de tão desprezada, ela estará sempre ao lado das reclamações operárias, com todo o carinho e formação

²⁹ Petardo, “A Fraternidade das raparigas”, *Gazeta da Figueira*, 31 de Maio de 1911.

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ Cristina Torres dos Santos, “A todas as pessoas mal educadas que, infelizmente, existem nesta linda terra”, *A Voz da Justiça*, 17 de Setembro de 1912.

³² Cristina Torres dos Santos, “Voltando”, *A Voz da Justiça*, 19 de Novembro de 1912.

moral”³³. Cristina Torres dos Santos tinha plena consciência de que o aumento do nível da escolarização feminina permitia às mulheres não só um reposicionamento socioprofissional como a intensificação da sua capacidade reivindicativa.

Seja como for, a criação e a direcção desta Associação deu à jovem Cristina Torres dos Santos visibilidade, respeito e a consideração dos seus pares, tendo sido convidada, no ano de 1912, para integrar o grupo encarregado de preparar as comemorações locais da República, convite que declina pelos seus muitos afazeres³⁴.

Em nome dos direitos sociais: a questão dos horários de trabalho

Uma outra vertente da sua actividade, no período imediatamente a seguir à República, é a colaboração na imprensa operária, sobretudo no jornal *A União e Luz*, fundado em 1913, órgão e propriedade das *Associações de Instrução Fraternidade Feminina, dos Caixeiros, dos Carpinteiros e dos Pedreiros Figueirenses*, e que visava constituir “um núcleo de propaganda associativa” e “um intrépido mensário dos proletários figueirenses”³⁵. A sede do jornal, que era de distribuição gratuita, funcionava na Associação Fraternidade Feminina.

Neste jornal, Cristina Torres dos Santos apenas assina um artigo com o seu nome, embora reduzido às iniciais C. T., sobre horários de trabalho³⁶. Porém, embora omitindo a identidade, afigura-se poder concluir-se da sua colaboração assídua no periódico, ora em artigos assinados pela direcção da Fraternidade Feminina, ora na abordagem frequente de assuntos relativos às costureiras (de alfaiate e de roupa branca), ora na prestação editorial de alguém que se es-

³³ “A Associação Feminina”, *União e Luz*, nº 3, 1 de Julho de 1913.

³⁴ Ofício de 27 de Setembro de 1912, A.H.C.M.F.F., Associação de Instrução Fraternidade Feminina. (ASS/Div. 1).

³⁵ “Regulamento e fins do grupo editor da União e Luz”, *União e Luz*, nº 4, 3 de Agosto de 1913

³⁶ C. T. “Horas de trabalho em Coimbra”, *União e Luz*, nº 3, 1 de Julho de 1913.

conde atrás do pseudónimo “Célia”. É o caso, entre outros, do artigo intitulado “Associação Feminina. Alguma coisa”, de Setembro de 1913, no qual se congratula com a diminuição do horário de trabalho das costureiras de alfaiate, devido à suspensão dos serões (trabalho nocturno), mas onde se apela à continuação da ofensiva reivindicativa pela elevação do salário, concluindo-se: “O salário é insuficiente. Costureiras, ânimo”³⁷.

Em rigor, a regulamentação do descanso semanal e que “reconhece a todo o assalariado um descanso semanal de vinte e quatro horas, em regra, seguidas”³⁸, foi aprovada pelo Governo Provisório, em 5 de Abril de 1911, mas as denúncias do seu incumprimento, no meio laboral figueirense, sucedem-se³⁹. De igual modo, o tema das costureiras “que dormem o sono dos escravos”, como se afirma em alguns artigos, é recorrente, sendo também objecto de alguns poemas, como é o caso daquele que se cita:

A costureira

(À Fraternidade Feminina da Figueira)

N’essa quase prisão chamada atelier,
A jovem proletária, a linda costureira
Consome, dia e noite, a sua vida inteira,
Sem que para comer Ela ganha, sequer.

N’um labutar perene, atenta ao seu mister,
A gentil produtora, arfante de canseira,
Definha lentamente, assim d’essa maneira,
Para não ter que alugar seu corpo de mulher.

Como eu desejaria! Oh, sim, como eu quisera

³⁷ “Associação Feminina. Alguma coisa”, *União e Luz*, nº 5, 7 de Setembro de 1913.

³⁸ “Lei do descanso semanal”, *Leis da Família e do Descanso Semanal, Suplemento da Legislação da Republica Portuguesa*, Porto: Biblioteca Jurídica – Editora, 1912, p. 14.

³⁹ Veja-se, a este propósito, o artigo “Ao de leve”, em que se denuncia o caso de uma modista que “faz com que as raparigas trabalhem ao domingo” (*União e Luz*, nº 5, 7 de Setembro de 1913). Para outras situações vejam-se também os artigos “Justiça!” e “Prevenção” (*União e Luz*, nº 5, 7 de Setembro de 1913), “Barbaro”, (*União e Luz*, nº 6, 13 de Outubro de 1913).

De vez a libertar, trazer-lhe essa “quimera”.
Que meu ser com loucura há muito vem sonhando!

Afim de ela aspirar a “santa liberdade”;
Para que enfim gozasse a pura felicidade
Que os peitos lutadores andam reivindicando...

Camilo Rodrigues (*A União e Luz*, nº 9, 25 de Janeiro de 1914)

Depreende-se também da leitura do jornal a *União e Luz* uma certa recomposição das forças políticas no seio do operariado figueirense, reduzindo-se o espaço de manobra do republicanismo em favor do reforço da hegemonia do Partido Socialista, apelando-se abertamente “a um governo da República que tenha no seu programa o programa do Partido Socialista”⁴⁰. A própria Cristina Torres no depoimento dado a Joaquim Sousa, ao ser interpelada “se eram socialistas?”, respondeu “Era tudo à misturada...!”. Na verdade, a leitura do periódico deixa subentender a existência de vários segmentos ideológicos no seio das Associações de classe.

Não consegui apurar até que ponto esta situação, a par de um certo desencanto relativamente à *Fraternidade Feminina* em que puera tanto empenho, influíram no espírito de Cristina Torres e terão contribuído para a sua decisão de se afastar da Figueira da Foz e prosseguir estudos universitários. Se Cristina Torres dos Santos for “Celia”, como atrás sugeri, esta hipótese ganha maior força. “Celia” escreve o último artigo em 1 de Maio de 1914, esclarecendo que “Com este artiguelho, termino a série dos meus escritos na União e Luz. Afasto-me com saudade de todos os camaradas, de todos os amigos e, principalmente dos leitores, mas vencido por circunstâncias imprevisitas, como pensamento semi-amortalhado por um véu de desalentos que tarde se dissipará, cá vou para a legião dos desiludidos [...]”⁴¹.

⁴⁰ Lara Martins, “A Republica e as aspirações do proletariado”, *União e Luz*, nº 8, 21 de Dezembro de 1913. Entre as bandeiras de luta conta-se o “sufrágio universal, o dia normal de 8 horas, os tribunais de árbitros avindores, o imposto sobre o álcool, a protecção na indústria aos menores e às mulheres, a aposentação de todos os trabalhadores sem distinção de sexo, liberdade de reunião, de associação e de pensamento.

⁴¹ Celia, “Gratidão”, *União e Luz*, nº 10, 1 de Maio de 1914.

A entrada na Universidade de Coimbra: a licenciatura em Ciências Históricas e Geográficas

No ano lectivo de 1915-1916, Cristina Torres dos Santos matricula-se no curso de Ciências Históricas e Geográficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A análise dos livros de matrículas, disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra, permite concluir por um percurso académico relativamente regular, tendo em conta que interrompe o curso em 1916-1917, não se matriculando em qualquer cadeira, para, no ano seguinte, se inscrever em dez disciplinas (Quadros III e IV).

Quadro III

Elenco das disciplinas do curso de Históricas e Geográficas da FLUC a que Cristina Torres dos Santos se matriculou (1915-16 a 1918-19)

Ano lectivo	Disciplinas	1ª Matrícula	2ª Matrícula
1915-1916	Língua e Literatura Inglesa	1/Nov/1915	
1915-1916	Curso Prático de Inglês	1/Nov/1915	
1915-1916	Filologia Portuguesa	1/Nov/1915	
1915-1916	História Geral da Civilização	1/Nov/1915	
1915-1916	Filosofia 1ª	1/Nov/1915	
1917-1918	História Medieval	30/Nov/1916	
1917-1918	História de Portugal	30/Nov/1916	
1917-1918	História Antiga	30/Nov/1917	
1917-1918	Geografia de Portugal e Colónias	31/Out/1917	
1917-1918	Literatura Portuguesa 1ª	31/Out/1917	
1917-1918	História Moderna e Contemporânea	31/Out/1917	
1917-1918	História da Filosofia Antiga	31/Out/1917	
1917-1918	Epigrafia e Paleografia	31/Out/1917	

1917-1918	Geografia Política e Económica	31/Out/1917	
1917-1918	História das Religiões	30/Nov/1916	
1918-1919	Geografia Geral	25/Nov/1918	
1918-1919	Geografia Física	25/Nov/1918	
1918-1919	Curso de Desenho aplicado à Cartografia	25/Nov/1918	
1918-1919	Etnologia	25/Nov/1918	
1918-1919	Arqueologia	25/Nov/1918	9/Maio/1919
1918-1919	Filologia Clássica	25/Nov/1918	9/Maio/1919
1918-1919	Literatura Portuguesa 2ª	25/Nov/1918	9/Maio/1919
1918-1919	História da Filosofia Medieval	25/Nov/1918	
1918-1919	Estética e História da Arte	25/Nov/1918	9/Maio/1919

Quadro IV

Média de cadeiras por ano

Ano Lectivo	Nº
1915-1916	5
1916-1917	0
1917-1918	10
1918-1919	9

Teve como professores, algumas figuras prestigiadas das letras portuguesas, entre as quais, Carolina Michaellis, em *Filologia Portuguesa*; António de Vasconcelos, em *História de Portugal e História Antiga*; Magalhães Colaço, em *História das Religiões*, e Gonçalves Cerejeira, em *História Medieval*, entre outros.

Quadro V
Docentes das cadeiras da FLUC

Disciplinas	Docentes
Língua e Literatura Inglesa	Carlos Mesquita
Curso Prático de Inglês	John Opie
Filologia Portuguesa	Carolina Michaelis
História Geral da Civilização	Francisco Martins
Filosofia 1ª	Alves dos Santos
História Medieval	Gonçalves Cerejeira
História de Portugal	António de Vasconcelos
História Antiga	António de Vasconcelos
Geografia de Portugal e Colónias	Ferraz de Carvalho
Literatura Portuguesa 1ª	Mendes dos Remédios
História Moderna e Contemporânea	Porfírio da Silva
História da Filosofia Antiga	Alves dos Santos
Epigrafia e Paleografia	António de Vasconcelos
Geografia Política e Económica	Ferraz de Carvalho
História das Religiões	Magalhães Colaço
Geografia Geral	Ferraz de Carvalho
Geografia Física	na Faculdade de Ciências
Curso de Desenho aplicado à Cartografia	na Faculdade de Ciências
Etnologia	Barbosa Tamagnini
Arqueologia	Joaquim de Vasconcelos
Filologia Clássica	Gonçalves Guimarães
Literatura Portuguesa 2ª	Mendes dos Remédios
História da Filosofia Medieval	Alves dos Santos

Estética e História da Arte	no Museu Machado de Castro (Joaquim Martins Teixeira de Carvalho)
-----------------------------	---

No seu ano matricularam-se 57 alunos, dos quais 14 (24,6%) eram mulheres.

Quadro VI
Alunas inscritas no ano de 1915-1916 (FLUC)

Nomes	Naturalidade
Alice Costa Pinto de Andrade	Coimbra
Alice Idalina Delgado de Oliveira	Porto
Alice Isabel Pires	Lisboa
Ana Maria Fernandes Lopes	Trancoso
Branca Pereira de Sousa	Porto
Cândida Helena Paulo Vital	Fornos de Algodres (Guarda)
Ema Vidal Pinheiro	Porto
Hermínia Augusta da Costa Machado	Reguengos de Monsaraz (Évora)
Lucília América da Cunha Dias	Guarda
Maria Henriqueta Guerra Pinheiro	Freixo de Espada à Cinta (Bragança)
Maria das Mercês de Figueiredo	Areosa (Viana do Castelo)
Palmira Isabel Guerra Pinheiro	Freixo de Espada à Cinta (Bragança)
Virgínia Faria Gersão	Cernache (Coimbra)

Fonte: AUC, Livros de Matrículas [...].

Terminaria o curso a 8 de Novembro de 1920, obtendo o grau de licenciada. A carta de curso, ser-lhe-ia passada a 12 de Fevereiro

de 1921. Entretanto já casara com Albano Duque, então ainda estudante⁴². Tinha 30 anos de idade.

A sua vida em Coimbra foi “muito dura”, como a própria confessaria (Sousa, 1983: 19), com dificuldades económicas, conciliando o estudo com trabalhos de costura, aulas de instrução primária a operários, empregos temporários na imprensa da Universidade e ainda a colaboração na imprensa escrita.

Conclusão

No termo desta análise sobre os primeiros trinta anos da vida de Cristina Torres dos Santos importa salientar o muito que há pesquisar no conhecimento da sua personalidade e obra. É uma mulher singular, multifacetada e poliédrica, com vincados traços de carácter.

Nasceu e cresceu com o movimento republicano e este, por circunstâncias do seu meio familiar, oficial e local, marcou-a desde muito cedo. É precoce a despertar para o republicanismo, cujas causas adopta, tornando-se muito cedo, ainda uma menina, numa combatente política. Dizia-se, nos finais do século XIX, que a cidade da Figueira da Foz era “política por fora e política por dentro”. Neste aspecto, a “Cristininha do Ricardo”, como era também conhecida no meio figueirense, foi uma filha da terra...

Aos 30 anos, quando conclui o seu curso na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, já tinha atrás de si um longo passado de intervenção escrita na imprensa, de militância e de direcção cívica e associativa, de actividade oficial que muito lhe foi útil em momentos de dificuldades económicas, recorrendo aos seus conhecimentos de costura sempre que o dinheiro escasseava.

⁴² Albano Correia Duque de Vilhena e Nápoles (1894-1963), conhecido por Albano Duque, professor, jornalista, impulsionador da criação de uma delegação da Universidade Livre na Figueira da Foz, foi também um dos fundadores, nesta cidade, da loja maçónica Germinal, da qual foi Venerável (Henriques, 2001a: 7). Cristina Torres casou-se com Albano Duque a 29 de Outubro de 1914.

Porém, oriunda do meio operário é, sobretudo às operárias, e muito em particular às costureiras de alfaiate e de roupa branca, que se dirige, nos seus primeiros anos de militância republicana, procurando incutir-lhes a aspiração de mudança da sua condição e direitos por via da instrução, convertendo-se em porta-voz das questões operárias. A instrução continuará a ser a sua bandeira de luta, tornando-se, posteriormente, numa conhecida pedagoga e defensora da *Escola Nova*. A menina que trabalhara numa oficina irá encarar a escola como a “oficina onde se constrói o cidadão” e o local onde se pode fomentar a afectividade relativamente a ideais coletivos. A Cristina Torres dos Santos, nome com o qual assinava os seus artigos, dará lugar a Cristina Torres ou Cristina Torres Duque, nome que passará a utilizar, pelo menos a partir nos anos 1930.

Os textos e as iniciativas que deixou constituem um património doutrinário do republicanismo na cidade da Figueira. Não admira, por isso, que as suas qualidades pessoais e cívicas a convertessem num símbolo e que a sua figura de mulher se transformasse em referência e modelo tutelar. Até hoje...

Recibido: 11/02/2014

Aceptado: 22/04/2014

Referências bibliográficas

1. Fontes Manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Certidões de idade, Cx 4, 1901-1925.

Livro de inscrição Letras 1915-1916, fl. 99.

Livro de inscrição Letras 1916-1922, fl. 126v-127.

Livro de Matrículas.

Carta de curso (27 de Novembro de 1921).

Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz (AHBMFF).

Associação de Instrução Fraternidade Feminina. (ASS/Div. 1)

Registo de sócios da Delegacia da Universidade Livre de Coimbra na Figueira da Foz.

2. Bibliografia ativa

Santos, Cristina Torres dos (1909a), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, 15 de Junho.

---- (1909b), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 6, 15 de Julho.

---- (1909c), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 7, 1 de Agosto.

---- (1909d), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 8, 15 de Agosto.

---- (1909e), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 9, 1 de Setembro.

---- (1909f), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 12, 15 de Outubro.

---- (1909g), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 13, 1 de Novembro.

---- (1910a), “Os deveres e os direitos da mulher. Conselhos a minha irmã”, *A Redenção*, Ano I, nº 17, 1 de Janeiro.

---- (1910b), “Maternidade”, *A Redenção*, 1 de Fevereiro.

---- (1910c), “Associação de Instrução Popular. Palavras da nossa conterrânea Cristina Torres dos Santos”, *A Voz da Justiça*, 13 de Dezembro.

---- (1911), “Pela mulher”, *A Voz da Justiça*, 14 de Março.

---- (1912a), “A todas as pessoas mal educadas que, infelizmente, existem n’esta linda terra”, *A Voz da Justiça*, 17 de Setembro.

---- (1912b), “Voltando”, *A Voz da Justiça*, 19 de Novembro.

---- (1914), “Galeria Literaria - Quadras”, *A Voz da Justiça*, 10 de Julho.

Tôrres, Cristina (1935), “Abandonado (Para os leitores pequeninos)”, *Album Figueirense*, Ano II, Agosto, nº 3, p. 75.

---- (1952), *A mulher. Palestra proferida na sessão comemorativa do 14º aniversário do Rotary Club da Figueira da Foz em 27 de Abril*, Figueira da Foz.

---- (1975), “A imprensa”, *O Figueirense*, 26 de Abril.

3. Bibliografia passiva

A Redenção (15 de Junho de 1909 a 1 de Fevereiro de 1910).

Albano Duque. Cristina Torres. *Catálogo. Exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha Figueira da Foz 25 de Abril a 8 de Maio* (1992), *Anuários da Universidade de Coimbra* (1915-16 a 1921-22) http://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/UCBG-8-118-2-1917-1918/UCBG-8-118-2-1917-1918_item2/index.html [consulta: 12-05-2012].

Campos Matos, Sérgio (2002), “A crise do final de Oitocentos em Portugal: uma revisão”, em Sérgio Campos Matos, coord., *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 99-115.

Cascão, Rui Ascensão Ferreira (1998), *Figueira da Foz e Buarcos 1861-1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*, Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque / Câmara Municipal da Figueira da Foz.

---- (2009), *Monografia da freguesia de S. Julião da Figueira da Foz*, Figueira da Foz: Junta de Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz.

Catroga, Fernando (1991), *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra: Faculdade de Letras.

Costa, Fernando Marques da (s. d.), *A Maçonaria feminina*, Lisboa: Ed. Vega.

C. T. (1913), “Horas de trabalho em Coimbra”, *União e Luz*, nº 3, 1 de Julho de 1913.

Esteves, João (2005), “Cristina Torres dos Santos”, *Dicionário no feminino (séculos XIX e XX)*, direc. Zília Osório de Castro e João Esteves, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 250-252.

Gazeta da Figueira (1911), Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz: Serviços Culturais.

Henriques, Isabel (2001a), *A Maçonaria na Figueira (1900-1935). Arquivos e coleções em exposição*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz: Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos.

---- (2001b), *A loja Fernandes Tomás, nº 212 da Figueira da Foz (1900-1935). O arquivo e a história*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz: Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivos.

“Homenagem a Cristina Torres” (1976), *O Figueirense*, 30 de Abril.

Leis da Família e do Descanso Semanal, Suplemento da Legislação da República Portuguesa (1912), Porto: Biblioteca Jurídica-Editora.

Lousada, Isabel (2011), “Imprensa: amplificador da voz feminina”, em Zília Osório Castro, João Esteves y Natividade Monteiro coords., *Mulheres na 1ª República. Percursos, conquistas e derrotas*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 41-48.

----- (2012), “Elos de progresso social e científico: contributo para a História das Mulheres Cientistas em Portugal”, em *Women, Science and Globalization: What's up?*, Lisboa: Amonet, pp. 57-85. <http://run.unl.pt/bitstream/10362/8389/2/Amonet-Isabel%20Lousada%20p65.Pdf> [consulta 10-05-2014].

----- (2013), “Geração de republicanas feministas: dos tempos da propaganda aos tempos da República”, em *Actas do 3.º Encontro de História do Alentejo*, Litoral, Sines, CCEN, pp. 9-22. <http://run.unl.pt/bitstream/10362/10682/1/3encHistoriaIsabeLousada.pdf> [consulta 10-05-2014].

Martins, Conceição Andrade (1997), “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, XXXII (142), 3º, pp. 483-535.

Matos, Maria Izilda Santos de (1991), “Costurar e batalhar”, *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, Anais da XI Reunião: São Paulo, pp. 285-288.

Medina, João (1990), *Oh! A República. Estudos sobre o republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa: INIC, pp. 34-39.

---- (1993), “A Carbonária portuguesa e o derrube da monarquia”, em João Medina, dir., *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. X, Amadora: Ediclube, pp. 11-27.

“Morreu a Dra. Cristina Torres missionária da instrução popular e defensora da liberdade” (1975), *O Figueirense*, 5 de Abril.

O’Gorman, Edite (s. d.), *O convento desmascarado. Escândalos da vida conventual*, 4ª ed., prefaciado pela Doutora Cristina Torres, Lisboa: Tip. da Livraria Triunfo, Ed.ª.

---- (1909a), “Os jesuitas”, *A Redenção*, 1 de Agosto.

---- (1909b), “Porque esperamos?”, *A Redenção*, 15 de Setembro.

---- (1910), “Manuel Buiça”, *A Redenção*, 1 de Fevereiro.

Rego, Raul (1979), “Cristina Torres: a mulher na resistência”, *Jornal de Notícias*, 10 de Abril.

Sousa, Joaquim (1983), *Cristina Torres*, Figueira da Foz: Secretariado Executivo das Comemorações do 1º Centenário da Figueira da Foz.

União e Luz. Órgão e propriedade das Associações: Feminina, dos Caixeiros, Carpinteiros e Pedreiros Figueirenses (1 de Maio de 1913 a 1 de Maio de 1914).

Vaquinhas, Irene (2005), “As mulheres na imprensa regional. O caso de A Comarca de Arganil (1901-1980)”, em *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da história (séculos XIX-XX)*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 85-122.

----- (2011), “A mulher e o poder. Os poderes da mulher. Visão histórica”, em *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, 2ª edição, Lisboa: Editorial Colibri, pp. 35-50.

---- (2013), *O Casino da Figueira. Sua evolução histórica desde o Teatro-Circo à actualidade (1884-1978)*, 2ª edição, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura / Palimage.

---- (em publicação), “Associação Educativa Da Mulher Pobre (1899-1908)”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa: Assembleia da República.

Ventura, António (2010), *Os postais da Primeira República*, Lisboa: Tinta da China.